



TERMO DE ALERTA DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Nº 79/2007 – DAM – DGF Natal, 08 de novembro de 2007.
Processo nº 9485/07 - TC.
Período de referência: 2º quadrimestre de 2007.
Interessado: Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim /RN.
Gestor: Maria Edinólia Câmara de Melo - CPF: 91558018468

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, através do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, no uso da atribuição que lhe confere o art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), vem, por intermédio deste instrumento, ALERTAR o Poder público acima identificado, em razão do resultado da análise da documentação constante dos respectivos autos, realizada pelo Corpo Técnico, haver evidenciado a ocorrência da seguinte situação:

- Descumprimento do limite prudencial da despesa líquida com pessoal.

| Verificação do Atendimento dos Limites Individuais * | | | |
|--|---------------------|--------------------------|---------------------------------|
| <i>Poderes</i> | <i>Limite geral</i> | <i>Limite prudencial</i> | Percentual alcançado pelo Poder |
| Executivo | 54,00% | 48,60% | 54,97% |

* Percentuais calculados sobre a receita corrente líquida.

Pelo presente, registre-se a advertência no sentido de que a não observância aos indicativos referidos neste documento, bem como a ausência da adoção de medidas acautelatórias ou saneadoras visando a adequar a gestão do Poder aos limites impostos pela Lei em referência, poderão dar causa ao cometimento de irregularidades fiscais, situação essa, que sujeitará a respectiva autoridade responsável a sanções, a teor do disposto no art. 73 da LRF, sem prejuízo do que preconizam os artigos 22 e 23 do mesmo Diploma Legal.

Alcimar Torquato de Almeida

Conselheiro Relator